

A INFLUÊNCIA DO POSSIBILISMO NA INTERAÇÃO ENTRE O PENSAMENTO DESENVOLVIMENTISTA E A QUESTÃO REGIONAL NO BRASIL¹

Pedro Neves de Castro²
Danilo Araújo Fernandes³

Resumo

Este artigo trata do papel da geografia humana e sua influência sobre o pensamento desenvolvimentista de viés regional no Brasil. Procura-se fazê-lo a partir de um paralelo: a transição da Geografia alemã, determinista, em direção à Geografia francesa, possibilista. Para tanto, abordamos o tema por uma perspectiva histórica, onde observamos o contexto de recepção da Geografia francesa no Brasil na primeira metade do século XX. Concluímos que essa geografia ofereceu uma visão culturalista de grande influência para a consolidação de uma matriz regional de pensamento sobre o desenvolvimento no país. Tradição essa a qual atribuiremos o nome de possibilismo desenvolvimentista.

Palavras-chave desenvolvimento regional, geografia francesa, culturalismo, possibilismo desenvolvimentista.

ÁREA TEMÁTICA: HISTÓRIA ECONÔMICA, DO PENSAMENTO ECONÔMICO E DEMOGRAFIA HISTÓRICA

¹ Pesquisa realizada originalmente por projeto PIBIC/UFPA e complementada durante estágio Pós-doutoral no Programa de Pós-graduação em Economia do CEDEPLAR/UFMG, com o apoio da CAPES (Edital PGPSE nº 42/2014).

² Graduando do curso de ciências econômicas da UFPA.

³ Professor e pesquisador da Faculdade de Ciências econômicas e do Programa de Pós-graduação em Economia e do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido / Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA) da UFPA.

1 - INTRODUÇÃO

A partir de um anseio em esclarecer as influências da geografia humana na formação do pensamento sobre o planejamento do desenvolvimento regional brasileiro em seu estado nascente, este trabalho visa discutir a historiografia e gênese do pensamento desenvolvimentista e nacionalista do país em sua transição do século XIX a meados do século XX, a partir de um paralelo: o pensamento geográfico. Neste contexto, as diferentes concepções de nação e de evolução produzidas pela geografia alemã e por sua homóloga francesa, a geografia humana, atestam similitudes evidentes com o pensamento intelectual brasileiro desta transição, que evoluirá seu eixo teórico, assim como a geografia, das questões raciais às questões culturais – em outras palavras, do determinismo ao possibilismo.

Para tanto, ao se por em contexto a recepção, na intelectualidade brasileira, desse novo modelo de conhecimento – a geografia humana –, discutiremos as razões de seu impacto, assim como de seu modelo e visão sobre a ideia de nação e nacionalidade. No contexto do debate intelectual sobre a formação do Estado nacional brasileiro da primeira metade do século XX, a tradição da geografia humana encontrou um campo fértil para o seu desenvolvimento. Isso se deu, aparentemente, em virtude do anseio por se descobrir o sentido da identidade cultural brasileira. Identidade vista, então, como o processo histórico de constituição da nação – assim como de suas diferentes regiões geográficas –, o qual se fez em íntima relação com o processo de miscigenação, e com a forma como o processo de migração, ocupação e integração política federativa do território nacional havia se dado durante todo o período imperial e primeiras décadas do século XX.

Fortemente influenciados pelo ambiente nacionalista – voltado para a busca de soluções que justificassem o processo de integração e ocupação do interior do Brasil – este movimento pode ser compreendido como processo de formação discursiva mais amplo, que penetrou nas estruturas sociais e políticas do Estado brasileiro e, em parte, nas diversas regiões brasileiras ou no amplo território nacional, assumindo um perfil nacionalista mas com fortes preocupações regionais; o que, aos poucos, segundo nossa hipótese principal, se fortaleceu de maneira diferenciada por dentro das instituições locais e nacionais responsáveis pela formação das estratégias de desenvolvimento em curso no país.

O período em discussão marca, portanto, a consolidação do debate nacional sobre a fronteira e a ocupação do interior do país, assim como diz respeito à estratégia de sua integração à economia e à sociedade brasileira como um todo. É nítida a influência, sobre esse debate – mas também sobre todo o pensamento intelectual brasileiro da primeira metade do século XX –, das matrizes teóricas derivadas dos avanços científicos da disciplina e da vinda de geógrafos franceses que iriam formar o núcleo central do pensamento geográfico no Brasil. Estes, teriam como centro aglutinador o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a Universidade de São Paulo (USP) e a Universidade do Distrito Federal (UDF), instituições que fomentaram a discussão em torno do desenvolvimento territorial brasileiro, tendo um de seus enfoques o método geográfico. A vinda de pesquisadores franceses para o Brasil nos anos 1930, especialmente no contexto da implantação da Universidade de São Paulo, influenciou de maneira definitiva o pensamento dos que iriam discutir o desenvolvimento nacional e regional a partir da perspectiva do centro-sul do país – mas também de diversos quadros técnicos incrustados em diversas regiões – dando espaço à

emergência de importantes figuras intelectuais e vertentes diferentes do debate desenvolvimentista em nível nacional.

Observamos que este conjunto de pesquisadores franceses trabalhavam próximos à geografia humana, notando que as origens de seu pensamento estavam em Ratzel e em sua antropogeografia; em seguida no pensamento de Vidal de La Blache e sua geografia clássica, ou seja, naquilo que Lucien Febvre chamou de “possibilismo”, em oposição ao determinismo de Ritter. Ainda podemos apontar a influência de autores como Jean Brunhes (da *École des Annales*), Demangeon, Maximilian Sorre, Jules Sion, André Cholley, e enfim os que vieram para o Brasil como Pierre Gourou, Roger Dion, Paul Claval, Louis Papy, Francis Ruellan, Jean Tricart, dentre outros, especialmente Pierre Deffontaines e Pierre Monbeig, que participaram ativamente na organização do meio geográfico e de suas instituições de ensino e pesquisa no Brasil.

Assim, ao seguir esta introdução, buscaremos sintetizar o debate em torno da nacionalidade brasileira havido entre o final do Império e a Primeira República. Em seguida, avaliaremos a posterior mudança de paradigma em direção a uma concepção cultural, através da geografia. Consequentemente, buscaremos observar a questão da nacionalidade a partir do confronto entre a geografia alemã e a geografia francesa, tecendo uma descrição da situação teórica da disciplina no final do século XIX e início do século XX. Verificando a influência desse debate sobre a intelectualidade brasileira, buscar-se-á em sua base teórica fomento para esclarecer seu impacto sobre a concepção de desenvolvimento que se tinha à época no país. Sua base teórica, por conseguinte, será comparada de forma conclusiva com o contexto de sua vinda, assim como com o desenvolvimento das ideias nacionalistas no Brasil. Por fim, avaliaremos, de maneira preliminar, as influências do ambiente intelectual possibilista dos geógrafos franceses sobre a base do pensamento desenvolvimentista sobre a questão regional no Brasil - suas principais influências e rebatimentos sobre a tradição de pensamento ligado, principalmente, ao debate sobre a ocupação física e espacial da fronteira.

2 – O DEBATE SOBRE NACIONALISMO E A FORMAÇÃO DO PENSAMENTO GEOGRÁFICO NA PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XX

As origens do debate sobre os destinos da nação brasileira, traçado durante a transição do Império para a República Velha, tendiam a ressaltar os imperativos do modelo de ocupação territorial brasileira e, conseqüentemente, a impossibilidade de sua evolução, devido a condições pré-determinadas, como o clima impróprio, a “mistura” de “raças”, entre outros fatores ambientais e naturais considerados condicionantes primordiais na compreensão dos limites do que, mais tarde, passaria a se chamar de “processo de desenvolvimento nacional brasileiro”. Ao mesmo tempo, se procurava construir a ideia de nação brasileira a partir da raça branca, da língua única portuguesa em um processo de branqueamento – concepção formada dentro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB). Representando uma elite que procurava valorizar os feitos heróicos da raça branca, e não necessariamente da nação brasileira, o IHGB tinha por pressuposto, em sua constituição ideológica, a suposição de que as qualidades morais e psicológicas da sociedade miscigenada, transmitidas biologicamente, faziam da população brasileira, naturalmente, uma população potencialmente débil.

A então ideologia de progresso dominante na intelectualidade brasileira foi construída a partir de uma herança, ou mistura, do evolucionismo de Charles Darwin e Herbert Spencer, unido ao positivismo de Auguste Comte. Por conseqüência, adotou-se um sentimento de inferioridade étnica e racial, ao passo em que se explicava, de tal forma, o “atraso civilizatório” do Brasil. A considerada inferioridade étnica, então, era tida como principal causa do atraso econômico e social brasileiro, mas será, em seguida,

a bandeira de um projeto ideológico que visava a construção de uma identidade nacional. De fato, a necessidade da explicação para o atraso civilizatório brasileiro por meio das teorias evolucionistas, a partir de uma concepção de história natural da humanidade, perpassava pelo o que na época era visto como um projeto de constituição do Brasil como povo, como nação (Ortiz, 2005: p. 15), cuja identidade - procurava-se - era constituída pelo papel da raça e do meio - pelo o que se justificava, e se tinha como raiz, o atraso segundo os preceitos europeus de civilização desenvolvida. Percebemos que esta concepção específica de nação é inerente à ideia de povo, homogêneo e determinado, e que dele sim se derivará a nação.

Entretanto, o eixo do debate se desloca após a Primeira Guerra Mundial, em definitivo com a década de 30, abordando a nacionalidade brasileira não necessariamente a partir da raça - aliás confrontando-se com essa tradicional concepção racista do final do século XIX e início do XX -, mas sim à cultura, valorizando a miscigenação e os aspectos históricos não racistas, ainda para justificar o atraso. É uma tendência interpretativa nova, uma intelectualidade que procura solver um impasse entre os ideais de progresso e a realidade rural e conservadora do interior do país, o que abrirá alas para o estudo cultural do interior, o qual é tido como raiz da brasilidade. Essa nova formação discursiva estará em base de uma ideologia do progresso de viés nacional-desenvolvimentista em gestação.

Essa mudança de paradigma, no entanto, não se dá somente no Brasil. As principais correntes teóricas da geografia, na Europa, procuravam fundamentar essas visões distintas na época de consolidação do Estado alemão e francês - de definição e delimitação do ideal de nação. Os grandes discursos nacionais de então, no contexto do novo-imperialismo, se constituíam por meio de diversas disciplinas, fosse a biologia, fosse a geografia, ou a sociologia. Por meio destas, a intelectualidade brasileira participava, aos poucos, do debate, mas de maneira mais contundente com a institucionalização do ensino universitário da década de 30, quando cientistas estrangeiros, em especial da França, vieram para participar da consolidação do ambiente universitário brasileiro.

As novas ideias advindas ao Brasil podem ser percebidas claramente no debate teórico da geografia, na qual a questão da nacionalidade e do desenvolvimento se fizeram essencialmente constantes com o apoio de formulações de outras áreas - notadamente como influência do darwinismo e do neolamarckismo. Entretanto, no Brasil, a construção do discurso nacionalista se deu, invariavelmente, através da discussão do chamado pensamento desenvolvimentista, tanto antes quanto depois de 1930 (Fonseca, 2004; Bielschowsky, 1996). A teoria do determinismo geográfico (e suas derivadas, como o determinismo biológico), aquela aceita antes da década de 30, é elaborada na tradição alemã corrente no século XIX, momento de consolidação e unificação da Alemanha. O discurso de unificação foi desenhado, como veremos, a partir dos caracteres próprios destes territórios, então relacionados com a ideia de povo, defendendo, essencialmente, o que é inerente, ou determinado, de tal povo em tal meio, pois que os aspectos sociais são subordinados aos naturais e, portanto, delimitam os povos no ambiente de concorrência evolucionista.

De fato, a antropogeografia de Ratzel elabora, em primeiro lugar, a indagação sobre as influências que o meio natural exerce sobre a sociedade, o homem e a história, e que de então resultam na diversidade dos povos. Em segundo lugar, a discussão de Ratzel indaga sobre a circulação e distribuição das sociedades. E, por fim, o estudo da formação dos territórios - trazendo, portanto, a discussão política para a Geografia, quando a relação homem e natureza, que antes era tratada puramente como técnica e

econômica, agora toma uma dimensão política essencial, expressa e materializada na propriedade e no Estado (Dantas et Medeiros, 2008: p. 7).

Por outro lado, como resposta francesa à derrota na guerra Franco-Alemã, o relatório Levasseur localiza a causa do fracasso francês na negligência com o preparo intelectual das forças armadas, o que levará a uma discussão que reestruturou o ensino na França, particularmente no que tange o de geografia (Dantas et Medeiros, 2008: p. 4). À época, procura-se justificar o direito à Lorraine e à Alsace evocando uma pretensa unidade francesa (Claval, 2012: p.11), o que esboçará uma geografia regional, preocupada não com o que determina o homem, mas sim com o que é determinado por ele, dando ênfase à questão cultural e regional, concebendo assim uma outra concepção de nação e nacionalidade, quando comparada às perspectivas do debate sobre nacionalismo, tal como apresentados pela tradição alemã.

Nascida neste pós-guerra, a geografia francesa, com seu caráter regional estruturado de início e principalmente por Vidal de La Blache, centrará seus estudos no método indutivo, valorizando a observação de campo, procurando os traços que a cultura humana deixa na terra e as causas destes traços, que são essencialmente causas históricas e psicológicas. Essa nova sensibilidade, que “[...] é antes o estudo das obras humanas materiais que o estudo das raças humanas” (BRUNHES, 1913: p. 19), será em seguida, portanto, denominado “geografia humana” por Jean Brunhes.

Vidal recorrerá constantemente aos termos “nação” e “nacionalidade”, ideias vinculadas ao processo de afirmação identitária por meio da história, da linguagem ou por motivos religiosos. Elogiará à Suíça a nacionalidade construída acima das diferenças religiosas e de raças, modelo que perceberá como mesmo da França. Esses termos se opõem à geografia alemã, com seus conceitos de “povo” e “raça” (Pereira, 2012: p.344), e logo serão modelos diferentes de nacionalidades. Ademais, se procurará escapar dos doutrinários das influências étnicas (Brunhes, 1913, p.2) – com o que podemos notar a diferença essencial entre a concepção da intelectualidade brasileira do início do século e a geografia alemã.

Contudo, o significado de nação surgido no âmbito da Revolução Francesa será gestado na Alemanha, por meio de Herder e Fichte, à noção de *Volksgeist* (espírito nacional, ou espírito do povo – a ideia de povo e nação então se confunde a partir da raiz *volk* (povo), em Herder. Para ambos, a ideia de nação segue um sentido étnico-linguístico que corresponde a um território concreto, mesclando raça, língua e território, de sorte que se procurou delimitar à Alemanha as suas fronteiras ao modo de abarcar todo o povo alemão em um Estado (Pereira, 2012: p.344). Em contrapartida, a geografia francesa tomou outros objetivos, tentando explicar a França, na qual a diversidade das origens de seu povo constitui uma entidade política original (Pereira, 2012: p.345). Vidal de La Blache então recorrerá, para além da influência não determinante dos fatos físicos, à história e à vontade dos povos para dar significado a estes e aos Estados (Pereira, 2012: pp. 345-346). De fato, essa geografia estará à procura da conjunção dos fatos de ordem física e daqueles derivados da vontade humana (Brunhes, 1913: p.19)

Assim se percebe uma diferença essencial entre as duas correntes da geografia: se a primeira está interessada em justificar a ideia de nação por meio de determinantes naturais atemporais, a segunda se centra sobre os aspectos culturais e históricos. Ambas, notemos, estão a serviço do Estado em seu processo de *aménagement* do território em seus fins militares e políticos, assim como preconiza Lacoste (2012) para quem “*a geografia serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra*” (título de seu livro) - utilidade que se diferiu na França e na Alemanha segundo o momento histórico.

Entretanto, a formação de impérios europeus, no processo do colonialismo dezenoviano, assim como as necessidades da grande indústria nascente a partir da

Revolução Industrial e da disseminação das firmas de importação e exportação, bem como com a conseqüente procura por matéria-prima e conhecimento dos recursos naturais e econômicos, compeliu à valorização dos estudos sobre os lugares e o espaço – logo, da geografia (Dantas et Medeiros, 2008: pp. 2-3). Destarte, esses estudos (e geógrafos – o próprio Vidal de La Blache tinha um “profundo engajamento político de um homem que amava seu país, apoiava sua expansão colonial e queria contribuir para seu esplendor”) (Claval, 2012: p. 9) buscavam cumprir o interesse do Estado-nação em seu poder político e econômico, assim como na construção ideológica que fundamentou a aceitação desses interesses – os quais estariam, na mentalidade da época, a proveito de todos –, utilizando-se para isso da institucionalização do ensino de geografia, em especial nas escolas, como afirmação e construção da nacionalidade, e de sua institucionalização em ambiente de pesquisa, como as sociedades de geografia (Dantas et Medeiros, 2008: pp. 2-3; Lencioni, p. 73-74) em seus fins políticos e militares (seguindo a lógica de Yves Lacoste), fundamentando, concluímos, a presença do Estado por meio de um projeto “desenvolvimentista” voltado para a observação e preservação de seus elementos geográficos regionais, se quiser.

Estreitamente ligada à ecologia de Haeckel e ao evolucionismo de Darwin, em especial quanto ao positivismo, a Geografia de Ratzel procura identificar a diferenciação das formas vivas, ao mesmo passo em que, pela herança de Humboldt e Ritter, procura analisar os fenômenos em diversas escalas em sua tendência explicativa. Essa relação estará na estrutura da disciplina, orientando-a como ciência das relações entre seres vivos e o ambiente. Assim, a sociedade dependeria dos processos naturais, os quais determinariam a ocupação, a progressão e a forma que toma esse progresso caso a natureza o permita. Incluí, também, a questão da concorrência – ou da seleção natural (Dantas et Medeiros, 2008: p. 4, p. 8), deixando de lado a afirmação de Darwin sobre os instintos sociais nas espécies mais evoluídas (Lencioni, 2009: pp. 83-84). Com essa visão, compreendeu-se a guerra como exemplo de prática da seleção natural; e a dominação e a opressão, em formas de estratégias territoriais, como natural decorrência, abonadas pela lógica da seleção natural. Assim era justificada a hegemonia capitalista (Dantas et Medeiros, 2008: p. 4, p. 8) em um modelo de desenvolvimento que se fazia cada vez mais presente.

Todavia, a geografia francesa de Vidal de La Blache seguirá por caminho diferente ao não adotar o evolucionismo de Darwin, pois em especial com a adoção do conceito “gênero de vida”, ela seguia um caminho neo-lamarckiano. A opção por essa via é feita após a guerra de 1870, momento em que se diferenciam estas correntes darwinista e lamarckiana, após se confundirem (Besse, 1979: pp. 75-78). No pós-guerra, o otimismo sócio-político francês e o patriotismo revelam uma relação com as doutrinas do progresso em outros termos, o que justifica algumas escolhas teóricas. Estas, seguem no sentido da crença no possível aperfeiçoamento dos seres vivos, notadamente do homem, a partir do melhoramento do meio – aperfeiçoamento que, além de se considerar estar ao alcance do homem, também se considera dever constituir o objeto de aplicação de toda ciência (Besse, 1979 : pp. 75-78). Assim como o darwinismo buscou convergir ideologia e modelo científico, é posto em mesmo plano o “organismo” - noção correlativa a de “economia natural”, com toda sua conotação política - e a sociedade, pois que essa noção de “economia natural” permite integrar o plano da natureza com o projeto de sua maestria pelo homem em uma única doutrina do progresso contínuo (Besse, 1979 : pp. 75-78)

Destarte, “O neo-lamarckismo se tornaria assim o garante e a expressão de um otimismo humanista [...] porquanto o darwinismo poderia só vincular a passividade desoladora de um fatalismo” (Y. CONRY: p. 334 apud Besse: p. 76). Logo, a

contradição aparecida com a introdução de considerações filosóficas ou ideológicas, contradição entre a necessidade da organização e as exigências da evolução, sob a perspectiva da problemática organicista, permite à Geografia Vidaliana de se transformar em teoria do homem sobre a terra, em Geografia Humana. (Besse, 1979: pp. 75-78).

Distinguindo a geografia, portanto, das demais ciências da terra, ela integra o homem em sua investigação, mas o homem que age, que deixa marcas na superfície da terra, o qual intervém na vida do organismo terrestre. Por conseguinte, ela terá abertura à prática ao poder concluir, de seu estudo das manifestações da atividade humana, na possibilidade de transformá-las (Besse, 1979: pp. 75-78). Contudo, estuda o homem por ser ele diferente dos outros elementos do organismo terrestre, pois ele age e transcende (ao contrário da corrente que o estuda a partir das influências físicas que agem sobre ele, sobre um homem sem memória, que, aliás, o nega como homem e o iguala aos elementos físicos que recebem os traços) – a Geografia Humana enquadra no organismo terrestre um elemento de contradição, o qual possibilita sua transcendência, sua evolução (Besse, 1979: pp. 75-78).

3 – VINDA E CONTEXTO DA GEOGRAFIA HUMANA AO BRASIL: RUMO AO PENSAMENTO DESENVOLVIMENTISTA E SEUS REBATIMENTOS SOBRE A QUESTÃO REGIONAL

Em consequência da conjuntura histórica da formação dos impérios europeus durante o processo do colonialismo dezenoviano, uma multiplicação de informações sobre “fatos físicos”, “processos de cultura”, “gêneros de vida” etc. – que eram obtidas a partir de fontes oficiais e não-oficiais – permitiu estruturar “sínteses” de conhecimento, feitas a partir do início do século XX com o apoio de organismos nacionais (Vennetier, 1991: pp. 648-649) - de fato, a consolidação do Estado-nação, situação por qual passavam os Estados latino-americanos no início do século XX, exigia o conhecimento do território e, para tanto, a geografia (Lemos, 2009: p. 22). Os geógrafos terão um papel importante na análise e síntese dessas informações como professores ou, de maneira mais rara neste início de século, “sobre um terreno que eles descobrem ‘por procuração’”. (VENNETIER, 1991: pp. 648-649) Debatia-se, portanto, a natureza do ambiente físico, social e institucional, quando ideias geográficas modernas adentraram no Brasil (Machado, 2000: p. 2).

Entretanto, com o advento da república e com a abolição da escravidão, procurava-se modernizar a sociedade brasileira, ainda hierarquizada e conservadora, encontrando no trabalho e no esforço a via para o progresso malgrado o meio. Se ainda não é de fato uma apropriação da Geografia Humana por parte desse discurso reformador, é uma aceitação, antes sim, de sua predecessora alemã, a Antropogeografia de Ratzel. Neste contexto, a influência mais direta da geografia francesa, mais especificamente Brunhes, como veremos mais tarde, ainda não fora introduzida no Brasil.

No entanto, com a chegada de cientistas estrangeiros, dinamizada pela organização do sistema universitário brasileiro nos anos de 1930, uma nova perspectiva se abriu para a construção ideológica de inspiração e perfil nacional-desenvolvimentista no país. Através deles, se fará sentir as influências de “diversas correntes de pensamento, francesas, inglesas e alemãs, que influíram na formação das bases do que se denominou Geografia Social, Antropogeografia, Geografia Humana e Geografia e Civilização” (LEMOS, 2009: p. 22). A referida “nova escola francesa de geografia”, de caráter regional e então denominada “Geografia Humana”, chegou ao Brasil na segunda

década do século XX com um aluno de Albert Lapparent, Carlos Delgado de Carvalho, ensinando no colégio Pedro II e na Escola Normal do Rio de Janeiro (Valverde, 1989: p. 3). Graças a ele e aos trabalhos de Josué de Castro, o Brasil conheceu os conceitos possibilistas de Vidal de la Blache (Lemos, 2009: p. 22).

A geografia fundada na memorização foi substituída, portanto, até 1940, por outra, interpretativa e descritiva, mais atrativa, graças a Delgado de Carvalho e seus discípulos (Valverde, 1989, p. 3). Sobre essa “geografia fundada na memorização”, Pierre Monbeig coloca:

[...] para outros, talvez mais numerosos, a geografia é uma lembrança extremamente penosa de sua infância. Seu nome evoca listas indigestas de nomes de lugares ou de dados numéricos, lições atrozés que somente os menos inteligentes e os mais obstinados de nossos condiscípulos chegavam a recitar razoavelmente. Os espíritos brilhantes, ao contrário, mostravam-se rebeldes (MONBEIG, 1957: pp. 5-6, apud LEMOS, 2009 p. 25)

Entretanto, a geografia ainda inexistia no contexto universitário, impedindo a sua prática na pesquisa (Valverde, 1989: p. 3). Assim, o tributo à geografia de Delgado de Carvalho não seria desenvolvido em meio universitário futuramente criado (Machado, 2009: pp. 122-123).

Embora já houvesse influência do determinismo no Brasil desde, pelo menos, o século XIX (Valverde, 1989: pp. 1-2; Machado, 2000), o possibilismo aqui chega - de maneira mais contundente - nas universidades com professores franceses vindos no contexto da criação da USP, UDF e demais instituições de pesquisa e de ensino. De fato, a construção da geografia universitária no Rio de Janeiro - e pela influência desta, a geografia brasileira -, no movimento de institucionalização da disciplina a partir do meio universitário e do IBGE, esteve estreitamente relacionada aos interesses nacionais e ao Governo Federal em seu processo modernizador, na década de 30. Isso, a partir de um conjunto de ideias e valores nacionais, associando a geografia universitária à construção de um Brasil novo - moderno e integrado -, desenvolvendo a profissionalização do geógrafo e formando seu campo científico-disciplinar. No bojo desse movimento, instituições de ensino e pesquisa foram então consolidadas a partir de concepções e práticas científicas modernas (Machado, 2009: p. 35, p. 40).

No Brasil, Jean Brunhes foi utilizado como “antropogeógrafo que enfatizava o papel do esforço, do trabalho e da indústria na adaptação humana ao ambiente físico” (MACHADO, 2000: p. 7) - retórica recorrente de reformistas após a abolição da escravidão, que procuravam descrever as mudanças da ordem natural provocadas pelo homem - até 1910, quando publica *La Géographie Humaine*, que, embora fosse tido como um dos introdutores da antropogeografia na França, o afasta da geografia alemã de Ratzel. (Machado, 2000: p. 7)

Importante ressaltar que Brunhes procurou se diferenciar das ideias ratzelianas após 1910, quando publicou *La Géographie Humaine* (Machado, 2000: p. 7). Logo, será sob influência de um Brunhes pós-1910 que a geografia francesa chegará para a formação do meio universitário brasileiro (em especial da USP) na década de 30.

Entretanto, a preocupação com o planejamento se fez notória no governo Vargas, pois com o Estado Novo (1937-1945), se iniciou de maneira efetiva a constituição de ambiente institucional, político e econômico voltado para a consolidação da ideologia desenvolvimentista (Almeida, 2004; Fernandes, 2010: p. 57). Nasceram juntos, assim, no Brasil, o pensamento geográfico no sistema de planejamento estatal e a geografia universitária (Almeida, 2004). Esse processo de institucionalização na década de 30, com origem no movimento modernizador do Governo Federal, estava associado à estruturação do campo científico-disciplinar do geógrafo brasileiro, assim

como sua profissionalização e, portanto, à implantação de novas instituições de ensino e pesquisa guiadas por concepções e práticas científicas modernas (Machado, 2009: p. 35).

Nesses meados do governo Vargas, essa política de modernização política e institucional se expressa na criação de autarquias e conselhos nacionais, órgãos administrativos e reguladores, voltados a questões estratégicas – certos produtos econômicos (petróleo, pesca, café, açúcar, malte, sal); setores específicos (a exemplo dos Conselhos Nacionais de Estatística e de Geografia); e de caráter cultural – buscando o controle da produção e dos preços. Tais instituições tinham um intuito centralizador e nacionalista, num anseio desenvolvimentista de âmbito nacional (Cf. Almeida, 1994, p. 5; Machado, 2009: p. 33).

Entende-se, assim, um esforço de planejamento, atrelado à ideia de modernização, que perpassa por ambas estruturas – a geografia universitária e a geografia no planejamento estatal (esta, por meio de instituições que procuravam, nesse contexto, um projeto modernizador de ciência – CNG, IBGE, AGB's) -, tanto pela constituição dos cursos universitários de geografia quanto pelo sistema de planejamento territorial do governo federal formalizado, em especial, como IBGE (Almeida, 2004; Machado, 2009: p. 36). Efetivamente, a criação de empresas estatais a partir do governo Vargas, que garantissem o processo de industrialização/urbanização - criação munida do discurso de segurança nacional -, necessitava de mecanismos de controle do território, a começar pelo conhecimento dos aspectos do território e da ocupação humana e econômica, a julgar as infraestruturas existentes e considerar as a instalar, além da cartografia e ordenamento regional - necessidades que fomentaram as atividades do IBGE durante seus primeiros 16 anos (Almeida, 1994: p. 5-6).

Os modos em que a geografia então estruturou seu papel se mostram, primeiro, por obras de cunho metodológico e de ensino de técnica, destinadas a capacitar profissionalmente o geógrafo brasileiro – enquadrando-se autores como Deffontaines, Ruellan, De Martonne e Waibel. Em sequência, pela elaboração de quadros de referência, por parte tanto de geógrafos estrangeiros como brasileiros – referência ainda a Ruellan, mas também Moacir Silva, Alberto Ribeiro Lamego e Silvio Fróes de Abreu. Seguiram trabalhos de ordenamento territorial, auxiliando ações governamentais que visavam a distribuição espacial de recursos públicos – onde se afigura o trabalho de Fábio de Macedo Soares Guimarães sobre a divisão regional do Brasil (Almeida, 1994: p. 5-7).

Os franceses que vieram ao Brasil, vieram para trabalhar em instituições brasileiras como o IBGE, ou como professores, principalmente no contexto da implantação da Universidade de São Paulo; outros foram para o Rio de Janeiro, ou para Salvador. Assim, a Associação dos Geógrafos Brasileiros - fundada em 1934 por iniciativa de Deffontaines junto com Caio Prado Júnior, Luís Flores de Moraes Rego e Rubens Borba de Moraes -, as universidades brasileiras, especialmente a USP e a UFRJ (Deffontaines participou em ambas instituições para a criação do curso de geografia), o Conselho Nacional de Geografia (Monbeig e Deffontaines participaram de sua criação em 1937) que se fundirá com o Conselho Nacional de Estatística para se tornar o IBGE, contribuíram, a partir do pensamento geográfico, para o incremento do pensamento desenvolvimentista brasileiro.

Por outro lado, disciplinas além da geografia foram consolidadas no Brasil nessa época, como a seção de história, para onde veio Fernand Braudel, ficando dois anos, e voltando em 1947 por um ano. Ele sucedeu a Lucien Febvre na direção das *Annales* (José Ribeiro De Araujo Filho et al, 1989: p. 7). Entretanto, determinante à seção de história, “[...] a visita do grande historiador, o mestre de toda uma geração de

historiadores, Lucien Febvre, marcou essa época” (ARAUJO FILHO *et al*, 1989: p.10). O primeiro número da *Revista de História* foi baseado em sua conferência e, portanto, a revista foi fundada sob a filiação às *Annales*, “[...] criada por Febvre e Marc Bloch, à qual Braudel e Léonard eram tão ligados.” (ARAUJO FILHO *et al*, 1989: p. 10).

Percebe-se, então, uma aproximação da USP ao pensamento orientador das *Annales*. Mas essa aproximação não se limitou à influência de Braudel, Febvre ou Léonard, pois que na formação mesmo das *Annales* e do estruturalismo consta a geografia humana, como coloca François Dosse:

[...] os geógrafos vão permitir que seu êxito seja aproveitado pelos historiadores. Lucien Febvre percebeu imediatamente a força de atração dessas monografias. Defendeu com veemência Vidal de la Blache contra a escola geopolítica alemã de Ratzel e contra o desafio lançado pelos sociólogos durkheimianos em 1922. Quando funda com Marc Bloch a revista dos *Annales d'histoire économique et sociale* em 1929, Febvre convida Albert Demangeon para o comitê de redação da revista. Quanto à orientação da nova escola histórica francesa, ela retoma, em seus aspectos essenciais, o paradigma vidaliano. Unindo a sua sorte à dos novos historiadores, os geógrafos vêem-se despojados de seu dinamismo próprio, que vai beneficiar por inteiro somente os historiadores (DOSSE, 1993: pp. 348-349).

Essa influência da geografia nas ciências sociais não se limitou aos *Annales*, pois que Pierre Gourou colaborou na revista *L'Homme*, sob a direção de Lévi-Strauss, participando na “aventura da antropologia estrutural” desde 1960 como geógrafo tropicalista (Dosse, 1993: p. 350). Embora François Dosse coloque Gourou como uma exceção ao meio geográfico, pois a geografia permanecia separada das ciências sociais, tendo seu objeto migrado para a nova história, restando, portanto, uma instituição disciplinar desnordeada, recolhida e frágil (Dosse, 1993: p. 350).

Entretanto, veio Pierre Monbeig em 1935 para o curso de geografia da USP. Ficou por doze anos, voltando ocasionalmente como professor visitante. Posteriormente, Monbeig foi diretor do Institut des Hautes Études de l'Amérique Latine, instituição vinculada à Universidade de Paris III, Sorbonne-Nouvelle. Segundo Amalia Inés Geraiges de Lemos, “grandes clássicos da geografia paulista e brasileira foram escritos por seus discípulos (...)” (LEMOS, 2009: p. 26). Hélène Rivière d'Arc afirma que “desde seu retorno à França, Pierre Monbeig tornou-se um promotor da pluridisciplinaridade” (RIVIÈRE D'ARC, 2009: p. 92), incitando a leitura dos antropólogos e insistindo “sobre a dimensão econômica, corolário abstrato da materialidade, enquanto que a análise sociopolítica e a dimensão diacrônica proposta pela história se enquadrava, de alguma forma, no sentido desses trabalhos” (RIVIÈRE D'ARC, 2009: p. 92). Monbeig já apresentava essa disposição interdisciplinar em seu período brasileiro, sendo por vezes qualificado como geógrafo social em meio a época em que a sociologia não era tida como disciplina universitária, tanto na França como no Brasil, geógrafo social em um tempo de julgamentos geopolíticos ou biogeográficos (Rivière d'Arc, 2009: p. 92).

Seja como for, Monbeig é tido como fundador dos estudos de geografia moderna em São Paulo, tanto por seu papel na formação de novos quadros para a disciplina, quanto por seus estudos sobre as zonas pioneiras do Brasil. Posteriormente recebeu o título de doutor honoris causa da USP (José Ribeiro De Araujo Filho *et al*, 1989: p. 7).

Sobre a influência dos professores franceses vindos ao Brasil, Pontuschcka (1999, *apud* Sposito, 2003: p. 165) afirma que “os princípios da escola francesa nortearam as pesquisas das primeiras gerações de cientistas brasileiros e o trabalho pedagógico dos docentes”, e Sposito ainda alega que “Como prática de pesquisa, a

herança de Vidal de la Blache ainda ficou presente nas práticas de investigação” (*ibidem*, pp. 116 – 7, *apud* Sposito, 2004, p. 166). Entretanto, é a Geografia Humana, não simplesmente o possibilismo, que chega ao Brasil. Sobre essa vinda, Valverde nos diz: “O ensinamento universitário de geografia humana no Brasil foi fundado por duas grandes figuras francesas de geografia: os professores Pierre Deffontaines e Pierre Monbeig” (VALVERDE, 1989: pp. 4-5).

4 - A GEOGRAFIA HUMANA E O POSSIBILISMO HISTÓRICO-GEOGRÁFICO: as bases teóricas para a influência sobre os estudos regionais

Geografia Humana: o termo será utilizado pela primeira vez em 1902, como subtítulo ao estudo geográfico sobre a irrigação na Península Ibérica e no Norte da África, de Jean Brunhes (Girão, 1946: p. 5). Tal ramo da geografia – “um dos ramos que recentemente brotaram no velho tronco da Geografia” (Vidal de la Blache, *apud* Girão, 1946: p. 5) – tem um início simbólico em 1912, com a inauguração do curso de mesmo nome, *Geografia Humana*, ministrado por Brunhes no Collège de France, com o qual procura esclarecer sua concepção da disciplina.

Segundo Vernetier (1991: pp. 646-647), a partir desta, recusava o determinismo físico da *Philosophie de l'Art* de Taine, para o qual a sociedade seria produto do meio; recusava, do mesmo modo, o determinismo genético de Gobineau. Entretanto, Brunhes afirmava a interação constante entre homem e meio. Interação na qual o homem seria “[...] um agente modificador da superfície terrestre, e que, sem dúvida, supera todos os outros” (BRUNHES, 1913: p. 11), mesmo que “todos os fenômenos vivos dependem de um meio” (BRUNHES, 1913), e que trata-se de um meio que “modifica e reforma sem parar a vida” (BRUNHES, 1913). Destarte, pode-se dizer de “[...] uma muito grande parte da superfície do globo que poderíamos chamar de uma ‘superfície humana’. A geografia humana pode se definir, sob a forma a mais simples e a mais clara: o estudo dessa superfície humana, ou mais exatamente ainda, humanizada de nosso planeta” (BRUNHES, 1913: p. 11)

De fato, Vidal de La Blache afirma essa unidade dos aspectos físicos e humanos, e o faz a partir do estudo regional. Por efeito, incorporará a esse estudo o conceito de “gênero de vida”, já em voga em outras ciências na segunda metade do século XIX, em especial no trato da evolução humana e das sociedades primitivas (Lencioni, 2009: p. 103). Para Lucien Febvre, o verdadeiro e único problema geográfico é a utilização das possibilidades – à tese determinista (fatalista) ele opõe a possibilista. Portanto, as condições geográficas não causam o desenvolvimento das sociedades, pois são “matéria”, material utilizado pelo homem. Assim, a condição geográfica e uma quantidade de fatores independentes do meio físico determinam o gênero de vida (Vander, 1923: p. 3). Aliás, o “gênero de vida” da sociedade está pertinente a como fatores independentes do meio físico se relacionam com as condições geográficas.

Este conceito procura esclarecer a relação homem-meio a partir das influências históricas, sociais e físicas (Lencioni, 2009: p. 103). Entretanto, notemos que é preocupação deste ramo da geografia a relação entre a história e a disciplina, como nos diz Jean Brunhes: “Se considerará como legítimo nosso presente dever, que é de rememorar modestamente, por alguns fatos bastante claros, em primeiro lugar, como a história se traduz pela geografia; em segundo lugar, como a geografia se traduz na história” (BRUNHES, 1913, p. 3). Josué de Castro corrobora essa ideia: “[o elemento humano] fazendo da pele da terra uma espécie de pergaminho todo recoberto de hieróglifos que contam a história da humanidade: das suas lutas, das suas conquistas,

dos seus compromissos e de suas vitórias em face das forças naturais” (Castro, 1957: p. 7).

Isso nos lembra de como a intelectualidade brasileira de então abordou o problema regional – pela história. Efetivamente, durante 1920 e 1930, a “geografia vidaliana” produziu monografias regionais ao passo em que se confunde com a história, e o historiador com o geógrafo. A esse curso, a influência dessa geografia será sentida nas ciências sociais (como já visto aqui em sua relação com o estruturalismo) e na comunidade geográfica em perspectiva mundial (Dosse, 1993: pp. 348-350). La Blache procurava, a partir dos aspectos da natureza assim como da história, extrair as particularidades derivadas da relação homem-meio. De então, a descrição minuciosa das regiões, característica das monografias deste ramo, incluindo a história dos lugares. Tais monografias deveriam, portanto, analisar detalhadamente o meio físico, as formas de ocupação, as atividades humanas e o ajustamento do homem à natureza, procurando integrar os elementos físicos e sociais em perspectiva histórica, acrescentando uma visão sintética da região (Lencioni, 2009: p. 105).

Tanto para Ratzel quanto para La Blache, os grupos sociais, por si circunscritos a uma região natural em seus estágios primitivos, aproximar-se-ão devido trocas, relativas à complementaridade entre as regiões, decorrentes do desenvolvimento civilizatório, que compreende um conjunto de tecnologias e necessidades derivadas. A circulação seria o fundamento do desenvolvimento da divisão regional do trabalho, estabelecendo (inter)dependências entre regiões (Lencioni, 2009: pp. 104-105). Todavia, é pela história que podemos perceber a humanidade cada vez mais coordenada, subordinada e coletiva, deixando à geografia (francesa) o trabalho de ilustrar essa demonstração (Brunhes, 1913: p.4). Brunhes, com efeito, continua sua enumeração: “em terceiro lugar, como, em qual medida e sob quais formas os seres humanos são fatores geográficos” (BRUNHES, 1913: p. 3).

Da mesma forma, Josué de Castro colocou a Geografia Humana como “geografia da paisagem cultural, da paisagem humanizada, pela presença dos traços de cultura, das marcas que o elemento humano vem incrustando através dos tempos na superfície da terra” (CASTRO, 1957: p. 7), evidenciando o “elemento humano”, os “seres humanos”, como fator geográfico, como quem “incrusta” suas marcas - os traços culturais (que é o que evidencia a paisagem humanizada, a paisagem cultural) - sobre a “pele da terra”, recobrando esse “pergaminho” com “hieróglifos”: recobrando a face da terra de fatos de geografia humana, formando a paisagem, esse “pergaminho de hieróglifos”.

Prossigamos com Brunhes:

Após ter assim determinado o caráter próprio dos fatos de geografia humana, nós recorreremos a uma sorte de experiência, ou melhor de demonstração experimental, procurando uma parcela da crosta terrestre, onde se nos será possível de distinguir bastante claramente a geografia humana fundamental e propriamente dita da geografia dita política ou histórica (BRUNHES, 1913, p. 3).

Ou seja, não é a colonização a nova preocupação, mas sim a situação decorrente da história, decorrente da colonização. Identificado o problema, procura-se explica-lo:

À luz desses fatos nós abordaremos a terceira parte, e nós tentaremos dizer por qual tripla razão o fato de geografia humana se oferece a quem o estuda com uma tão grande complexidade: porque ele contém e implica um problema social; porque ele requer e implica um problema estatístico; por que ele recobre e implica um problema psicológico. Assim nós seremos conduzidos de uma sorte de meditação introdutiva, seguida de uma

monografia ilustrativa, até uma conclusão-programa. (BRUNHES, 1913, p. 3).

Detenhamo-nos um pouco na questão psicológica. Os termos então utilizados – mentalidade, vontade etc. - nos parece ser a tradução de elemento psicológico no que tange a “origem do problema”, no que tange, usando os termos já empregados, o fator humano. É o elemento psicológico que fará o homem se decidir a “dispor” do que a natureza oferece, assim como seu *modus operandi* para tal:

Oras o carvão existia nos mesmos lugares geográficos desde as origens mais longínquas da história humana; entretanto, para os homens, ele era como inexistente, sua realidade física não era nada, enquanto que faltava a ideia e a arte para aproveitar. Um fato de ordem psicológica presidiu à criação e ao desenvolvimento de todos os fenômenos novos e decisivos que caracterizaram a geografia humana industrial no século XIX. (BRUNHES, 1906: pp. 38).

Entretanto, se referenciará a palavra “mentalidade”, ao analisar a história, como fato psicológico, ou seja, cultural, no sentido de que seria a “mentalidade de coleta”, frequentemente apontada como principal problema das regiões mais atrasadas. É a partir da colonização que é identificado; é um fato psicológico – é a mentalidade –, explicado pela história e nela observado, que fundamenta a situação analisada, que fundamentará a situação regional no Brasil. Sobre a relação entre fato psicológico e a situação analisada, Jean Brunhes coloca que

O elemento psicológico, que é pois, à origem do fato geográfico, o intermediário obrigatório entre a natureza e o homem, é ainda o intermediário obrigatório entre a natureza e o homem, quanto às consequências sociais, históricas, políticas, que são a seqüência. (BRUNHES, 1906: p. 37)

Discípulos de La Blache buscaram assim diversificar as questões incorporadas ao estudo regional, o aproximando da economia e da sociologia – fluxo de bens e capitais, classes sociais, investimentos (Lencioni, 2009: p. 109). Já nos debruçamos acima sobre a interdisciplinaridade de alguns autores. Seguidores de La Blache - Emmanuel de Martonne e Albert Demangeon, por exemplo -, procuraram dar unidade ao estudo geográfico, seja, para o primeiro, pela cartografia, tendo a região como síntese de relações (em especial entre clima, geomorfologia e vegetação); seja, para o segundo, pelas características da região – agricultura, indústria e urbanização. Ambos apontam para o fato de os fenômenos humanos e os físicos determinarem uma região (Lencioni, 2009: p. 111). Mas cabe destacarmos como essa sensibilidade está presente em Monbeig. A questão da interdisciplinaridade ganhou importância a partir dessa perspectiva e possibilitaram a interpretação desenvolvimentista a partir da geografia humana. Esta, ao cotejar os fenômenos econômicos, permitiu o aporte das relações entre os fenômenos psicológicos e econômicos aos estudos regionais na descrição da paisagem. É por meio de sua visão sobre a relação entre homem e natureza que Monbeig se aproxima do estudo histórico-econômico e antropológico, em uma trajetória interdisciplinar, se interessando mesmo pelos trabalhos de Levi-Strauss sobre populações indígenas do Brasil central (Rivière d’Arc, 2009, p. 91).

Para Brunhes, o ser humano é um fator geográfico. Para Monbeig não será diferente: o homem é ator em relação à paisagem e, mesmo quando esta mantém uma relação material e natural com o homem, ela é testemunha do comportamento humano no decurso da história. (Rivière d’Arc, 2009: p. 91). De fato, Monbeig lembra da

afinidade entre geografia e história (Théry, 2009: p. 52) e recusa qualquer tipo de determinismo geográfico (Rivière d'Arc, 2009: p. 91).

Mas o que vem a ser paisagem para Monbeig? Sua definição nos lembra o método de Brunhes sobre a complexidade do fato de geografia humana: “[...] formada una e indissolúvelmente pelos elementos naturais e pelos trabalhos dos homens, é a representação concreta do complexo geográfico” (Monbeig, 1957: p. 11, *apud* LEMOS, 2009, p. 25) - a respeito da definição de “complexo geográfico”, Monbeig informa: “Complexo geográfico [...] se localiza e [...] implica em ações recíprocas mutáveis do meio natural e do meio humano” (Monbeig, 1957: 9, *apud* LEMOS, 2009, p.25) -, pois, já que “O meio natural é levado em conta, mais como ‘quadro’, dotado de certas particularidades, que como causa determinante” (THÉRY, 2009, p. 52), ele afirma a relevância ao “complexo geográfico” das questões ditas psicológicas – “as iniciativas humanas, inspiradas por interesses materiais, às vezes também afetivos, têm uma ação bem mais decisiva que ‘vantagens geográficas’ difíceis de avaliar em regiões imensas e uniformes” (P. Monbeig, “*Les franges pionnières*”, p. 984, *apud* THÉRY, 2009, p. 52). E também das questões econômicas, pois “se o traçado dos sítios responde às possibilidades dos pequenos pioneiros, as suas necessidades econômicas e os seus desejos de ordem psicológica influenciam também sobre a organização do loteamento” (MONBEIG, “*Les structures agraires dans la frange pionnière de São Paulo*”, *Cahier d'Outre-Mer*, Bordeaux, 1951, p. 14 *apud* THÉRY, 2009, p. 53). Um ponto de vista econômico que, segundo Lemos, se diria hoje de base marxista (Lemos, 2009: p. 25)

Portanto, podemos dizer que atrelado ao desenvolvimento econômico e à ocupação territorial (discussão recorrente dentro do debate regional, por vezes associando a ideia de ocupação à ideia de desenvolvimento), está o que Monbeig chamará de “mentalidade”, o que Valverde (2015) chamou de “vontade”, o que Brunhes dizia “fato psicológico”. Ainda sobre a relação entre economia e o “fato de geografia humana”, Monbeig coloca a relação entre a extrema mobilidade dos pioneiros e a rapidez com que se esgotam os solos, atrelada com as oscilações das economias comercializadas, com a incerteza de mercados de matérias primas e quanto ao crédito agrícola desorganizado. (P. Monbeig, “*Les franges pionnières*”, p. 981, *apud* THÉRY, 2009: p. 52). Portanto, ritma-se a análise da franja pioneira do café a partir das épocas de prosperidade e das de declínio de venda. Estes períodos são tidos como condicionantes à, por exemplo, opinião sobre imigração e a intensidade desta, à velocidade de expansão dos pioneiros etc. (THÉRY, 2009: p. 52)

Assim, a dimensão psicológica é constante, derivada da observação humana. Por esse caráter generalista, Monbeig ligará, por sua cultura histórica, os pioneiros brasileiros a outros, aos do século XIX, aos do início do XX, aos de outros países. Procurará, sobretudo, mostrar entre eles a semelhança, a do modo de pensar. Evidenciava o gosto pelo risco, a paixão do jogo e da aposta, e a extrema mobilidade. Portanto, todo dinamismo pioneiro tem em sua constituição o elemento “mentalidade pioneira”, comparada e colocada em uma continuidade histórica, especificando-a (THÉRY, 2009: p. 53).

Tendo identificado o problema e procurando explicá-lo. Historiadores, geógrafos e pensadores do desenvolvimento brasileiro em geral procuraram soluções para questões em voga no que diz respeito ao problema da integração do interior do Brasil ao processo de desenvolvimento nacional. Nesse sentido, o que a geografia humana trouxe para o Brasil de maneira incisiva e que se incutiu no debate desenvolvimentista da época, não é a concepção e a metodologia vidaliana simplesmente, mas a ideia de uma paisagem onde o homem, com sua psicologia, é ativo na formulação, e é determinante na organização da região. Dessa maneira, se destaca a importância das questões

psicológicas e culturais, ou seja, o papel das mentalidades no pensar o desenvolvimento regional e a expansão da fronteira para o interior.

A estrutura proposta por Jean Brunhes certamente influenciou a visão desenvolvimentista a partir dessas instituições, visto que Brunhes era lido, em francês, nos cursos de geografia no Brasil até a década de 60 (Machado, 2000: p. 7) e que seus discípulos, notadamente Monbeig e Gourou eram docentes em universidades brasileiras e escolheram seus sucessores professores; visto que autores da geografia humana tinham textos cotidianamente traduzidos e (re)publicados no *Boletim Geográfico Nacional* e na *Revista Nacional de Geografia* – como afirmou Valverde: “Deffontaines e Monbeig escreveram, cada um, perto de duas dezenas de artigos sobre a geografia do Brasil. Eles foram publicados, pela maioria, no quotidiano O Estado de São Paulo e retomados no Boletim geográfico, editado pelo Conselho nacional de geografia” (VALVERDE, 1989: p. 5). Achamos importante o estudo específico destas revistas, pois “paulatinamente, as formulações e posições teóricas relacionadas ao planejamento ganharão força, num percurso atestado pela própria mudança no rol temático da Revista Brasileira de Geografia (RBG)” (BONFIM, 2014: p. 3).

Para o editorial do Boletim Geográfico (1943)⁴, o nacionalismo nasce no interior a partir da relação com a terra, de sua ocupação real. Sugere uma mudança de perspectiva do homem, de se considerar como hóspede de passagem a se identificar com a terra e, portanto, ter razões para defendê-la e se esforçar à melhoria de suas condições. Assim, é a relação entretida com o meio a delimitadora da utilização dos recursos naturais, da caracterização do gênero de vida. Logo, uma relação de propriedade ordena o trabalho – um fato de ordem psicológica molda o processo de trabalho – e destarte o desenvolvimento. Portanto, segundo essa concepção, somente no seio desse nacionalismo podemos efetivar o desenvolvimento.

A paisagem humanizada sendo objeto de estudo dessa geografia (englobando o problema psicológico) – a qual herda o possibilismo de Vidal de la Blache -, vimos estes geógrafos porem fé na capacidade humana malgrado o meio. Para o possibilismo, a natureza propõe e o homem dispõe, diferente do determinismo, no qual a natureza determina a formulação da atividade humana.

Tal entendimento coloca à mesa: a ocupação pautada no esforço – pautada no homem, aliás em seu aproveitamento das possibilidades, o qual se dá a partir do fator psicológico, a partir da mentalidade. É um possibilismo – pensar o desenvolvimento a partir de uma ótica possibilista. Ou, nomeando-o, um possibilismo desenvolvimentista. Neste contexto, estavam lançadas as bases sólidas de uma tradição de pensamento geográfico que tanto iria influenciar a matriz desenvolvimentista do pensamento regional brasileiro no século XX.

4 – CONSIDERAÇÕES FINAIS

Temos visto que, se para a geografia alemã o Estado é consequência da ideia de um povo como raça e língua em ambiente de competição (Pereira, 2012: p. 344), inclusive por “espaço vital”, para sua homóloga francesa é o resultado “[...] de uma coordenação dos indivíduos e dos grupos que não pode se conceber sem uma coordenação material das diversas partes do espaço sobre as quais vivem esses

⁴ Publicado no quarto número do primeiro volume do Boletim Geográfico Nacional, em 1943, na sessão “Opiniões”. O editorial se refere à publicação de Edgar Teixeira Leite sobre o Cartograma da Densidade Demográfica do Brasil, editado pelo I.B.G.E., publicado no sétimo volume da revista “*Estudos Brasileiros*”, editada I.E.B., no segundo semestre de 1942.

indivíduos e esses grupos” (Brunhes, 1913: p. 40). Se para uma, o país é único e homogêneo, para outra ele é diverso, heterogêneo por regiões. A primeira constitui a nacionalidade por aquilo de inerentemente comum, substrato de um povo em um território – a segunda, contrariamente, vê na nação a constituição do trabalho comum de povos diversos, de regiões diferentes. De um lado, portanto, a nação “comunhão de língua e de costumes” (Rossolollo, 1997: p. 797 citado em Pereira, 2012: p. 345), e de outro, a nação-contrato.

Para ambas, falamos, portanto, das interações entre grupos sociais, que seja ou de disputa (corrente alemã com seu darwinismo), ou de cooperação (corrente francesa com seu neolamarckismo). Interações entre regiões ou territórios, notemos, também econômicas, as quais a intensidade depende do desenvolvimento civilizatório (Lencioni, 2009: pp. 104-105; Besse, 1979: pp. 75-78). Assim sendo, para a geografia francesa, a ideia de desenvolvimento é admitida como circulação, como interação - esta fruto do desenvolvimento das forças produtivas e da divisão regional do trabalho (ou divisão inter-regional) - que destarte forma a nação. Temos, portanto, a possibilidade de uma concepção desenvolvimentista a partir da ideia de integração inter-regional, a qual tende à formulação de uma nação – associando, portanto, a ideia de desenvolvimento à ideia de nação.

Por conseguinte, a interdependência entre regiões e a circulação de produtos, toma uma significação de desenvolvimento da nação, tida então pela concepção de organismo nacional. Ademais, outros pontos se revelam aqui importantes ao desenvolvimento: a mentalidade (fato psicológico), que permite maior ou ecológico aproveitamento dos recursos físicos, naturais; e que permite ainda as migrações, as ocupações humanas e suas formas – enfim, mentalidade, que pauta a relação do homem com a natureza e, por consequência, se apresenta como chave ao desenvolvimento.

Ao aplicar aquelas distintas visões ao pensamento brasileiro, poderemos ter o interior do país seja quanto território tido como “espaço vital” (referência à geopolítica, à corrente alemã), ou, seja quanto parte que deve ser integrada ao todo brasileiro, como região a ser integrada à lógica nacional (ao organismo nacional; visão francesa).

Todavia, o discurso nacionalista brasileiro antes da Primeira Guerra Mundial e antes da constituição do ambiente universitário no país condiz com a elaboração de um discurso que identifica na raça miscigenada, na comunhão de línguas e costumes essencialmente comuns, o fator de nacionalidade e de desenvolvimento (ou impossibilidade deste) – visão fatalista, darwinista, que acerta os limites do homem a partir do ambiente físico. (Besse, 1979: pp. 75-78; Fernandes, 2010; Pereira, 2012)

Por outro lado, a vinda de professores franceses para a construção de universidades e instituições de planejamento contribuiu para uma mudança de eixo, dando à discussão desenvolvimentista um viés cultural possibilista a partir da interpretação neolamarckiana e, portanto, mais adaptada a uma discussão que levasse em conta as diversidades regionais. Assim, admite-se a possibilidade de desenvolvimento do homem, de sua superação a partir de si próprio, ou desenvolvimento do território, a partir das questões ditas psicológicas que influenciariam o esforço humano diante das possibilidades, notadamente das franjas pioneiras e das utilizações dos recursos naturais. A partir dessa noção possibilista aflora o que podemos entender por possibilismo desenvolvimentista de viés regional.

Será com base nessa matriz de interpretação teórica que se tornou possível identificar uma certa tradição no pensamento geográfico brasileiro, capitaneada por autores como Pierre Deffontaines e Pierre Monbeig, os quais foram alguns dos grandes responsáveis pela difusão das ideias principais da geografia humana francesa nos meios universitários e técnicos geográficos brasileiros. Tradição intelectual de forte influência

que passou a exercer sobre a base do pensamento institucionalizado dos profissionais geógrafos - principalmente da constituição do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) - influência que se mostraria relevante quanto à forma de tratamento da questão regional e das fronteiras do interior do país; a partir de suas ideias de progresso articuladas pela transformação técnica e política do meio, a qual acabaria por redundar, entre os anos de 1930 e 1940, na idealização de uma estratégia de estímulo às frentes pioneiras para o interior, e de integração destes ao organismo nacional.

5 – REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Roberto Schmidt de. O pensamento geográfico do IBGE no contexto do planejamento estatal brasileiro. In: MARTINS, R. A.; MARTINS, L. A. C.; SILVA, C. C.; FERREIRA, J. M. H. (eds.). *Filosofia e história da ciência no Cone Sul: 3º Encontro*. Campinas: AFHIC, 2004. Pp. 410-415. (ISBN 85-904198-1-9)

ALMEIDA, Roberto Schmidt de. (1994). O.I.B.G.E. e a Evolução da Idéia de "Desenvolvimento" no Brasil. *Revista Geográfica*, (120), 5-26. Retrieved from <http://www.jstor.org/stable/40992692>

ARAUJO FILHO, José Ribeiro de; SIMÃO, Azis; et D'OLIVEIRA FRANÇA, Eduardo. Université de São Paulo, Faculté de philosophie, lettres et sciences humaines. Rapport sur les professeurs français (1934-1987) In : France-Brésil : vingt ans de coopération : Science et technologie [en ligne]. Paris : Éditions de l'IHEAL, 1989 (généré le 02 août 2016). Disponible sur Internet : <<http://books.openedition.org/iheal/1692>>.

BESSE Jean-Marc. Idéologie pour une géographie [Vidal de la Blache]. *Espaces Temps*, 12, 1979. pp. 71-92; doi : 10.3406/espac.1979.3054 http://www.persee.fr/doc/espac_0339-3267_1979_num_12_1_3054

BIELSCHOWSKY, Ricardo [1988]. *Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo*. 3. ed. Rio de Janeiro, RJ: Contraponto, 1996.

BOLETIM GEOGRÁFICO. Vazios demográficos e ocupação econômica. Opiniões (Seção editorial). *Boletim Geográfico*, Rio de Janeiro: IBGE, DEGEO, volume 1, número 4, pp. 43-44, julho de 1943.

BONFIM, Paulo Roberto de Albuquerque. « Teoria e prática do planejamento regional no IBGE na década de 1960 », In *Terra Brasilis (Nova Série)* [Online], 3 | 2014, posto online no dia 30 Junho 2014, consultado o 26 Março 2016. URL: <http://terrabrasilis.revues.org/1003>. Ed: Rede Brasileira de História da Geografia e Geografia Histórica, <http://terrabrasilis.revues.org>; <http://www.revues.org>, doc online <http://terrabrasilis.revues.org/1003>, Doc. gerado automaticamente no dia 26 Março 2016.

BRUNHES Jean. Du caractère propre et du caractère complexe des faits de géographie humaine. In: *Annales de Géographie*, t. 22, n°121, 1913. pp. 1-40; doi : 10.3406/geo.1913.8370 http://www.persee.fr/doc/geo_0003-4010_1913_num_22_121_8370; Document généré le 24/03/2016.

_____. Une Géographie nouvelle – La Géographie humaine. In : *Revue des deux mondes* tome 33, 1906. Exportado de Wikisource em 17/06/2016

[https://fr.wikisource.org/wiki/Une_G%C3%A9ographie_nouvelle -
_La_G%C3%A9ographie_humaine#](https://fr.wikisource.org/wiki/Une_G%C3%A9ographie_nouvelle_-_La_G%C3%A9ographie_humaine#)

CASTRO, Josué de. *Ensaio de Geografia Humana*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1957.

CLAVAL, Paul. Prefácio In, HAESBAERT, R.; PEREIRA, S. N.; RIBEIRO, G (org.). *Vidal, Vidais: textos de geografia humana, regional e política*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012, pp. 9-11.

DANTAS, Aldo; MEDEIROS, Tásia H. L. *Geografia ratzeliana e seu contexto*. UFRN - Universidade Federal do Rio Grande do Norte e da UEPB - Universidade Estadual da Paraíba, 2008.

DOSSE, François. *História do estruturalismo: 2. O canto do cisne, de 1967 a nossos dias*. Título original: *Histoire du structuralisme: II. Le chant du cigne, de 1967 a nos jours*. © Éditions la découverte/Paris/1991. © Da edição brasileira: Editora Ensaio/SP/1993

FERNANDES, Danilo Araújo. *A Questão Regional e a Formação do Discurso Desenvolvimentista na Amazônia*. Tese de doutorado. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Húmido. Universidade Federal do Pará. Belém: Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, 2011.

FONSECA, P. D.. *Gênese e precursores do desenvolvimentismo no Brasil*. Revista Pesquisa & Debate, v.15, n.2 (26), jul/dez, 2004.

GIRÃO, Amorim. *Geografia Humana*. Porto: Portucalense Editora, S. A. R. L., 1946.

LACOSTE, Yves. *A geografia – Isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra*. 19ª ed. Campinas: Papyrus, 2012.

LEMOS, Amalia Inés G. L.. *Uma viagem pela geografia latino-americana: suas tradições e perspectivas*. In: GERAIGES DE LEMOS, Amalia Inés; GALVANI, Emerson. *Geografia, tradições e perspectivas: A presença de Pierre Monbeig*. 1.ed.- Buenos Aires; São Paulo: CLACSO, Expressão Popular, 2009. p. 19-36.

LENCIONI, Sandra. *Região e Geografia*. São Paulo: Editora da USP, 2009.

MACHADO, Lia O. « As idéias no lugar », In Terra Brasilis [Online], 2 | 2000, posto online no dia 05 Novembro 2012, consultado o 10 abril 2016; DOI : 10.4000/terrabrasilis.298; Ed.: Rede Brasileira de História da Geografia e Geografia Histórica; <http://terrabrasilis.revues.org>, <http://www.revues.org>. /doc online <http://terrabrasilis.revues.org/298>.

MACHADO, Mônica Sampaio. *A construção da Geografia Universitária no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Apicuri, 2009.

MOREIRA, Ruy. *O pensamento geográfico brasileiro 2 : as matrizes da renovação*. 2ª ed., 1ª reimpressão. – São Paulo : Contexto, 2014.

PEREIRA, Sergio N. *Estados, nações e colonialismo: traços da geografia política vidaliana* In, HAESBAERT, R.; PEREIRA, S. N.; RIBEIRO, G (org.). *Vidal, Vidais: textos de geografia humana, regional e política*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012, pp. 337-362

PINTO, Maria Magdalena Vieira. *Bibliografia da Região Amazônica (Trabalhos publicados na Revista Brasileira de Geografia e no Boletim Geográfico)*. Boletim

Geográfico, Rio de Janeiro: IBGE, DEGEO, volume 12, número 118, pp. 88-95, janeiro-fevereiro de 1954.

RIVIÈRE D'ARC, Hélène. Pierre Monbeig e a pluridisciplinaridade. In: GERAIGES DE LEMOS, Amalia Inés; GALVANI, Emerson. Geografia, tradições e perspectivas: A presença de Pierre Monbeig. 1.ed.-Buenos Aires; São Paulo : CLACSO, Expressão Popular, 2009. p. 91-96.

SPOSITO, Eliseu S.. Geografia e filosofia: Contribuição para o ensino do pensamento geográfico. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

STERNBERG, Hilgard O'Reilly Sternberg. A Viabilidade dos Países Africanos. Boletim Geográfico, Rio de Janeiro, volume 21, número 173, pp. 189 – 196, março-abril de 1963.

THÉRY, Hervé. Na franjas pioneiras, de Pierre Monbeig aos nossos dias. In: GERAIGES DE LEMOS, Amalia Inés; GALVANI, Emerson. Geografia, tradições e perspectivas: A presença de Pierre Monbeig. 1.ed.-Buenos Aires ; São Paulo : CLACSO, Expressão Popular, 2009. pp. 49-67

VALVERDE, Orlando. La coopération française dans la géographie brésilienne In : France-Brésil : vingt ans de coopération : Science et technologie [en ligne]. Paris : Éditions de l'IHEAL, 1989 (généré le 02 août 2016). Disponible sur Internet : <<http://books.openedition.org/iheal/1715>>. ISBN : 9782371540187. DOI : 10.4000/books.iheal.1715.

_____. Prefácio In As Amazônias de Bertha K. Becker : ensaios sobre geografia e sociedade na região amazônica : vol. 1; (org.) por Ima Célia Guimarães Vieira, 1ª ed.Rio de Janeiro: Garamond, 2015, pp. 15-20.

VANDER, Linden H.. Lucien Febvre, *La Terre et l'Évolution humaine. (Introduction géographique à l'Histoire.)* . In: *Revue belge de philologie et d'histoire*, tome 2, fasc. 3, 1923. pp. 538-540.

www.persee.fr/doc/rbph_00350818_1923_num_2_3_6247_t1_0538_0000_2,

Document généré le 25/04/2016.

VENNETIER, Pierre. A travers un siècle de géographie humaine française dans les pays tropicaux . In: *Annales de Géographie*, t.100, n°561-562, 1991. Numéro du Centenaire. pp. 644-667;doi : 10.3406/geo.1991.21653 ; http://www.persee.fr/doc/geo_0003-4010_1991_num_100_561_21653 Document généré le 15/06/2016